

Empresários foram orientados a cobrar restos a pagar de Tite

Afirmção é de vereadores da CPI da Dívida, que apura se gestão Auricchio transferiu propositalmente a responsabilidade ao sucessor

Bruno Coelho

Vereadores da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, que analisa os passivos de restos a pagar em São Caetano, pretendem investigar denúncias de empresários que teriam sido orientados, ainda em 2024, a procurar o governo do prefeito Tite Campanella (PL) neste ano, a fim de receber valores em atrasos da gestão anterior, de José Auricchio Júnior (PSD). A informação é confirmada internamente nos corredores do Palácio da Cerâmica, situação que ocasionou crise financeira na cidade nos primeiros meses de 2025.

Instaurada no início de junho, a CPI da Dívida apura as obrigações financeiras de curto prazo a fornecedores da Prefeitura de São Caetano, contraídas na gestão Auricchio, que deveriam ser pagas até o encerramento do exercício de 2024. Entretanto, o que aconteceu foi o oposto. Segundo dados oficiais da administração Tite, a cidade iniciou o ano com R\$ 153,8 milhões de débitos a liquidar, embora os vereadores comentem que as cifras atingiram mais de R\$ 300 milhões.

Um agravante ao cenário financeiro seria a orientação dada a empresas para que procurassem o governo seguinte a fim de reaver os valores pelos serviços prestados. “Tem uma informação de que alguns empresários tinham o direcionamento de, quando iam procurar (a Prefeitura) ainda em 2024 com alguma nota em aberto para ser paga, procurar o governo em 2025. Isso é informação de quem buscou receber as suas notas fiscais este ano”, disse o presidente da comissão, César Oliva (PSD).

Em entrevista exclusiva ao Diário, Oliva, que também é líder de governo, o relator da CPI, Edison Parra (Podemos), e o proponente da comissão, Marcel Munhoz (Progressistas), afirmaram que Tite esperava receber R\$ 68 milhões de restos a pagar. Tal informação teria partido do grupo de Auricchio, que tinha como integrante Stefânia Wludarski, secretária da Fazenda da administração passada e responsável pela Pasta de Governo de janeiro a março deste ano.

Internamente, a orientação dada aos empresários é admitida pela gestão Tite, embora não haja pretensão de confirmá-la publicamente, ao menos por ora. De acordo com a Prefeitura de São Caetano, com o encerramento do primeiro semestre, os restos a pagar estão calculados em R\$ 52,1 milhões, após negociações com os fornecedores. Em janeiro, o governo se viu obrigado a anunciar contingenciamento de até 12% para despesas primárias, revisão de contratos, homologação de licitações, entre outras medidas.

Neste momento, a CPI da Dívida estuda as mais de 10 mil páginas de documentos encaminhados pelo Palácio da Cerâmica, sobre valores empenhados pagos e não quitados no exercício anterior. Causa estranheza aos vereadores, em uma análise prévia, alguns cancelamentos de pagamentos a fornecedores sem justificativa plausível. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) proíbe um prefeito de contrair obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, sem poder cumpri-la integralmente dentro dele.

Segundo Oliva, os empresários poderão ser convocados na comissão. Porém, os vereadores pretendem, antes, solicitar informações adicionais ao governo. “Muito provavelmente, a partir do momento que se conseguir fazer um levantamento desses empresários, vamos convocá-los, mas com todos os cuidados, respeitando o sigilo e tudo para evitar que qualquer pessoa ouvida seja prejudicada”, afirmou.

Procurado, Auricchio não comentou o caso.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4246228/empresarios-foram-orientados-a-cobrar-restos-a-pagar-de-tite>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Política